

Mapeamento dos Testes Psicológicos no Brasil: Características dos Instrumentos Aprovados

Mapping Psychological Tests in Brazil: Characteristics of Approved Instruments

Mapeo de las Pruebas Psicológicas en Brasil: Características de los Instrumentos Aprobados

Cartographie des Tests Psychologiques au Brésil : Caractéristiques des Instruments Approuvés

 10.5020/23590777.rs.v25i2.e15911

Karina da Silva Oliveira  

Professora do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco. Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006), especialista em Neurologia Aplicada à Neuropsicologia Infantil pela Universidade Estadual de Campinas (2008), Mestra (2014) e Doutora (2019) em Psicologia pela PUC-Campinas, com pós-doutorado em Avaliação Psicológica na Universidade São Francisco (2020).

Felipe Bigoto Costa  

Psicólogo formado pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) em Americana (2021). Mestre em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Professor de psicologia na Anhanguera Educacional em Belo Horizonte/MG desde 2024. Aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2024. Temas de investigação relacionados com conceitos da Psicologia Positiva, tais como: resiliência, otimismo, esperança, coping, com foco na construção e adaptação de instrumentos psicológicos.

Júlia de Mello Pimenta  

Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento (PPG-CogCom) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialização em Psicologia do Esporte na Faculdade Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE). Graduada em Psicologia com Formação Complementar em Psicologia do Esporte pela UFMG. Psicóloga Clínica e Clínica do Esporte com a abordagem da Terapia Cognitivo Comportamental. Associada da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP) e Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP).

Resumo

A avaliação psicológica é um processo complexo e multifacetado, que pode envolver diferentes métodos e técnicas, entre eles os testes psicológicos, reconhecidos como instrumentos importantes em diversos contextos de atuação profissional. Este estudo teve como foco a caracterização dos testes psicológicos aprovados para uso profissional no Brasil, considerando sua relevância para a prática avaliativa em diferentes contextos da psicologia. Apesar dos avanços regulatórios promovidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), ainda são escassos os estudos que sistematizam de forma abrangente as características dos instrumentos disponíveis, dificultando a análise crítica do repertório vigente. Com o objetivo de preencher essa lacuna, este trabalho realizou uma análise descritiva dos testes favoráveis listados no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. A amostra compreendeu os 162 instrumentos classificados como favoráveis para uso profissional entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, com base nas informações públicas disponíveis no site oficial do CFP. Foram analisados aspectos relacionados aos construtos avaliados, ao público-alvo, aos formatos de aplicação e correção, bem como às categorias metodológicas atribuídas aos testes. A análise foi de natureza quantitativa, com tabulação e categorização dos dados em planilha eletrônica. Os resultados apontaram predominância de instrumentos voltados à avaliação da personalidade, atenção e inteligência, com foco em adultos e idosos, e baixa representatividade de medidas informatizadas e construtos afetivos, sociais e contextuais. Esses achados evidenciam a concentração temática dos testes atualmente disponíveis e a necessidade de ampliação do repertório avaliativo, considerando demandas emergentes e avanços tecnológicos. Conclui-se que a sistematização dessas informações contribui para reflexões críticas sobre a formação, a prática profissional, a pesquisa e as políticas de regulação da avaliação psicológica no país, indicando caminhos para o desenvolvimento de novos instrumentos mais sensíveis e diversificados.

Palavras-chave: testes psicológicos, avaliação psicológica, revisão descritiva.

Abstract

Psychological assessment is a complex and multifaceted process that may involve different methods and techniques, including psychological tests, which are recognized as important instruments across diverse professional contexts. This study aimed to characterize the psychological tests approved for professional use in Brazil, considering their relevance to assessment practice in different areas of psychology. Despite regulatory advances promoted by the Federal Council of Psychology (CFP), comprehensive studies that systematically describe the characteristics of the available instruments remain scarce, limiting critical analyses of the current test repertoire. To address this gap, a descriptive analysis was conducted of the tests classified as favorable in the Psychological Test Evaluation System. The sample comprised 162 instruments approved for professional use between December 2023 and December 2024, based on publicly available information from the official CFP website. Variables related to assessed constructs, target population, administration and scoring formats, and methodological categories assigned to the tests were examined. The analysis was quantitative in nature, with data tabulation and categorization performed using an electronic spreadsheet. The results showed a predominance of instruments designed to assess personality, attention, and intelligence, with a primary focus on adults and older adults, as well as low representation of computerized measures and affective, social, and contextual constructs. These findings highlight the thematic concentration of currently available tests and the need to expand the assessment repertoire to address emerging demands and technological advances. In conclusion, the systematization of this information supports critical reflections on training, professional practice, research, and regulatory policies in psychological assessment in Brazil, and points to directions for the development of more sensitive and diversified instruments.

Keywords: psychological testing, psychological assessment, descriptive review.

Resumen

La evaluación psicológica es un proceso complejo y multifacético, que puede involucrar distintos métodos y técnicas, entre ellos las pruebas psicológicas, reconocidas como instrumentos relevantes en diversos contextos de actuación profesional. Este estudio tuvo como objetivo la caracterización de las pruebas psicológicas aprobadas para el uso profesional en Brasil, considerando su relevancia para la práctica evaluativa en distintos ámbitos de la Psicología. A pesar de los avances regulatorios promovidos por el Consejo Federal de Psicología (CFP), aún son escasos los estudios que sistematizan de manera amplia las características de los instrumentos disponibles, lo que dificulta un análisis crítico del repertorio vigente. Con el propósito de subsanar esta laguna, el presente trabajo realizó un análisis descriptivo de las pruebas favorables listadas en el Sistema de Evaluación de Pruebas Psicológicas. La muestra estuvo compuesta por los 162 instrumentos clasificados como favorables para el uso profesional entre diciembre de 2023 y diciembre de 2024, con base en la información pública disponible en el sitio web oficial del CFP. Se analizaron aspectos relacionados con los constructos evaluados, la población objetivo, los formatos de aplicación y corrección, así como las categorías metodológicas atribuidas a las pruebas. El análisis fue de naturaleza cuantitativa, con tabulación y categorización de los datos en una hoja de cálculo electrónica. Los resultados señalaron un predominio de instrumentos orientados a la evaluación de la personalidad, la atención y la inteligencia, con énfasis en adultos y personas mayores, y una baja representatividad de medidas informatizadas y de constructos afectivos, sociales y contextuales. Estos hallazgos evidencian la concentración temática de las pruebas actualmente disponibles y la necesidad de ampliar el repertorio evaluativo, considerando demandas emergentes y avances tecnológicos. Se concluye que la sistematización de esta información contribuye a reflexiones críticas sobre la formación, la práctica profesional, la investigación y las políticas de regulación de la evaluación psicológica en el país, señalando caminos para el desarrollo de nuevos instrumentos más sensibles y diversificados.

Palabras-chave: pruebas psicológicas, evaluación psicológica, revisión descriptiva.

Résumé

L'évaluation psychologique constitue un processus complexe et à multiples facettes, qui peut impliquer diverses méthodes et techniques, parmi lesquelles les tests psychologiques, reconnus comme des outils importants dans de nombreux contextes d'exercice professionnel. Cette étude s'est concentrée sur la caractérisation des tests psychologiques approuvés pour un usage professionnel au Brésil, en prenant en compte leur pertinence pour la pratique évaluative dans divers contextes de la psychologie. Malgré les avancées réglementaires promues par le Conseil Fédéral de Psychologie (CFP), les études systématisant de manière globale les caractéristiques des instruments disponibles demeurent rares, entravant l'analyse critique du répertoire en vigueur. Dans le but de combler cette lacune, ce travail présente une analyse descriptive des tests favorables répertoriés dans le Système d'Évaluation des Tests Psychologiques. L'échantillon était composé des 162 instruments classés comme favorables à l'usage professionnel entre décembre 2023 et décembre 2024, sur la base des informations publiques disponibles sur le site officiel du CFP. On a analysé des aspects relatifs aux construits évalués, au public cible, aux formats d'application et de correction, ainsi qu'aux catégories méthodologiques attribuées aux tests. L'analyse était de nature quantitative, avec la tabulation et la catégorisation des données dans un tableur électronique. Les résultats ont montré une prédominance d'instruments conçus pour l'évaluation de la personnalité, l'attention et l'intelligence, avec un accent sur les adultes et les personnes âgées, et une

faible représentativité des mesures informatisées ainsi que des construits affectifs, sociaux et contextuels. Ces résultats mettent en évidence la concentration thématique des tests actuellement disponibles et la nécessité d'élargir le répertoire d'évaluation, en tenant compte des demandes émergentes et des avancées technologiques. Il en ressort que la systématisation de ces informations contribue à des réflexions critiques sur la formation, la pratique professionnelle, la recherche et les politiques de régulation de l'évaluation psychologique dans le pays, indiquant des voies pour le développement de nouveaux instruments plus sensibles et diversifiés.

Mots-clés : *tests psychologiques, évaluation psychologique, revue descriptive.*

A avaliação psicológica ocupa um espaço relevante na ciência psicológica, destacando-se por integrar a atuação profissional e a produção científica, contribuindo, assim, tanto para a prática quanto para a construção e o avanço do conhecimento na área (Oliveira & Moreira, 2024). Os recursos, os métodos e as técnicas empregadas na avaliação têm favorecido o acúmulo de evidências relacionadas aos fenômenos, às medidas e às teorias psicológicas (Bueno & Peixoto, 2018; Hutz, 2015; Oliveira et al., 2022). Nesse sentido, a avaliação psicológica tem sido considerada uma área estratégica para a articulação entre teoria e prática na ciência psicológica (Zanini et al., 2022).

Embora note-se o caráter protagonista da avaliação psicológica, sua trajetória histórica, notadamente no Brasil, é marcada por diferentes compreensões sobre o fazer avaliativo (Primi, 2018). Como forma de estabelecer um diálogo comum, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) compreende a avaliação psicológica como um processo estruturado de coleta de dados que visa compreender o funcionamento psicológico de indivíduos e/ou grupos com vistas a fundamentar a tomada de decisão (Resolução CFP nº 31, 2022). Essa compreensão destaca a característica processual e integradora da avaliação psicológica.

Na prática profissional, observa-se com frequência que os termos “avaliação” e “testagem” são tratados como sinônimos (Primi, 2012). Conforme Zanini et al. (2022), o emprego de métodos e técnicas quantitativas como estratégia principal para o desenvolvimento dos testes psicológicos, aliado à associação direta entre a produção intelectual do campo de investigação e sua aplicação prática, fortaleceu o pensamento de que a avaliação seja equivalente à aplicação de um teste psicológico. Por essa razão, ao longo da história da avaliação psicológica, o uso isolado de um teste, ou mesmo de alguns testes, passou a ser representativo do processo avaliativo (Bueno & Peixoto, 2018).

Esse intercâmbio impreciso dos termos – isto é, “avaliação” e “testagem” – pode trazer limitações para a prática profissional, comprometendo, assim, a qualidade do serviço prestado ao avaliando (Cunha et al., 2016; Oliveira et al., 2021; Zaia et al., 2018). Assim, é importante reforçar que a avaliação psicológica se refere a uma ação processual, integrativa e que envolve diferentes fontes de informações, tais como: as entrevistas, as observações, os testes psicológicos, os documentos multidisciplinares e os testes compartilhados com outras áreas do conhecimento (para aprofundamento, ver a Resolução CFP nº 31/2022). Por sua vez, a testagem refere-se ao emprego de uma técnica que compõe o processo avaliativo (Pasquali, 2011; Primi, 2010, 2018; Rueda & Zanini, 2018).

Considerando a diversidade de técnicas que compõem a avaliação psicológica, é necessário reconhecer que a testagem possui características próprias. Os testes psicológicos, nesse sentido, configuram-se como instrumentos estruturados para a observação e descrição sistemática de fenômenos e comportamentos (Pasquali, 2011). Por essa razão, podemos afirmar que os testes possuem finalidades específicas, que envolvem a identificação, a descrição e a mensuração das características psicológicas que pretendem acessar (Urbina, 2007). Dado o tipo de contribuição que um teste deve oferecer para o processo de integração de dados, há um arcabouço teórico específico, assim como estratégias metodológicas que, em intersecção à psicometria, buscam acumular evidências da qualidade do teste (Ambiel & Carvalho, 2017).

Dessa forma, há um aprofundamento científico dedicado à qualidade dos testes psicológicos, sobretudo ao zelo quanto à cientificidade dessas medidas. Busca-se garantir que esses materiais sejam representativos dos fenômenos psicológicos que devem avaliar (isto, é válidos), que sejam confiáveis (isto é, precisos), que tenham procedimentos específicos que evitem vieses de aplicação (isto é, padronizados) e que permitam uma comparação justa e socialmente representativa (isto é, normativo) (American Educational Research Association [AERA], 2014).

Tão relevante quanto a qualidade psicométrica dos testes é a forma como o estímulo é apresentado ao avaliando, tema amplamente debatido na literatura. Em textos mais tradicionais (Bledow & Frese, 2009; McDaniel & Nguyen, 2001; Pasquali, 2011; Urbina, 2007), é possível observar autores classificarem os testes enquanto objetivos e projetivos. Para esses autores, os testes objetivos podem apresentar características que os diferenciam, propondo subcategorias como escalas (itens em formato de afirmativas, em que a concordância e/ou discordância se dá em resposta a uma escala numérica ou categórica), inventários (itens em forma de afirmações ou perguntas que fazem o levantamento de sintomatologias ou da presença, em frequência, de comportamentos associados a um construto específico), questionários (itens em formato de perguntas abertas ou fechadas sobre comportamentos que são alvos da avaliação), testes de desempenho (itens apresentados de modo a solicitar que o avaliando realize uma tarefa ou expresse um comportamento) e testes de julgamento situacionais (item apresentado como uma situação hipotética na qual o avaliando precisa dizer como seria seu comportamento caso estivesse naquela situação).

Complementando a categorização, há, como afirmado anteriormente, os instrumentos projetivos que têm sido tradicionalmente definidos como aqueles que apresentam estímulos não estruturados ou ambíguos, demandando do avaliado uma resposta mais livre, subjetiva e espontânea (Meyer & Archer, 2001). Com base na forma como o estímulo é apresentado e na natureza da resposta solicitada, é possível organizá-los em diferentes subcategorias (Bledow & Frese, 2009; McDaniel & Nguyen, 2001; Pasquali, 2011; Urbina, 2007). Os testes temáticos, por exemplo, apresentam imagens ambíguas que convidam o indivíduo a construir uma narrativa. Já os testes gráficos solicitam a produção de desenhos a partir de comandos genéricos, permitindo inferências sobre aspectos da personalidade a partir da análise simbólica e formal. Outros testes se baseiam em estímulos cromáticos ou figurativos diversos, em que a organização de cores permite acessar aspectos afetivos e estruturais do funcionamento psíquico. Há ainda os testes expressivos que envolvem tarefas motoras repetitivas realizadas em espaço estruturado, nas quais se observam elementos gráficos como ritmo, pressão e organização espacial. Por fim, os testes associativos solicitam respostas rápidas a partir de palavras, frases ou imagens, buscando acessar conteúdos inconscientes por meio das associações espontâneas realizadas.

Embora esse tipo de classificação seja tradicional, existem críticas a essa proposta, notadamente na aparente dicotomia entre objetivo versus projetivo. Miguel (2014) aponta para, no mínimo, dois problemas decorrentes desta relação. O primeiro refere-se à falsa noção de que os testes objetivos seriam mais confiáveis por haver menor influência de aspectos qualitativos, o que não é verdadeiro. O segundo problema se relaciona ao fato de os dois tipos de testes serem entendidos como antagônicos ou como polos extremos, acreditando-se que o teste projetivo seria uma medida qualitativa com menor rigor metodológico e/ou científico.

Como forma de endereçar essas questões, textos mais modernos (Ambiel et al., 2015; Lins, 2022; Serafini et al., 2017) sugerem a classificação dos testes da seguinte forma: (1) medidas de autorrelato que envolvem a autoatribuição de características, sintomas ou comportamentos, sendo o próprio indivíduo responsável por fornecer informações sobre si. Esse tipo de medida é comum em inventários de personalidade e escalas de sintomas psicológicos. Por outro lado, (2) as medidas de heterorrelato baseiam-se em informações fornecidas por terceiros – como pais, professores ou cuidadores – que observam o comportamento do avaliado em contextos específicos, sendo especialmente úteis na avaliação de crianças, pessoas com déficits de comunicação ou em contextos nos quais o julgamento externo é relevante. Em seguida, tem-se (3) as medidas de desempenho típico que procuram compreender como o indivíduo percebe, interpreta ou responde a estímulos ambíguos, baseando-se em suas experiências, valores ou modos habituais de funcionamento. São exemplos os testes projetivos ou técnicas expressivas, nos quais não há respostas certas ou erradas.

Já (4) as medidas de desempenho máximo avaliam o que o indivíduo consegue realizar em seu melhor desempenho possível, sob condições estruturadas e com respostas consideradas corretas ou incorretas, como ocorre nos testes de inteligência, atenção ou memória. Por sua vez, (5) as medidas construtivas requerem que o avaliado produza um material ou resultado observável a partir de uma tarefa proposta, tais como: desenhos, redações ou construções com blocos, sendo analisados tanto o produto quanto o processo envolvido. Por fim, (6) as medidas observacionais são baseadas no registro sistemático do comportamento do indivíduo em situações naturais ou controladas, sendo amplamente utilizadas em contextos clínicos, escolares ou organizacionais, e podendo envolver protocolos específicos de observação ou escalas padronizadas.

No Brasil, o cuidado com a prática da avaliação psicológica, sobretudo no que tange ao uso dos testes psicológicos, resultou na organização da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) em 2003, instância criada pelo CFP com o propósito de acompanhar e qualificar a produção, a comercialização e o uso de instrumentos de avaliação psicológica no país (Cardoso & Silva, 2018). Desde então, a CCAP tem reunido pesquisadores com ampla experiência na área, que, ao longo de diferentes gestões, vêm se dedicando à construção de diretrizes técnicas, à promoção de debates ético-políticos sobre a prática avaliativa e à articulação entre entidades científicas comprometidas com o desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil (Reppold & Noronha, 2018).

Como produto desses esforços, surgiu o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI), uma vez que a CCAP contribuiu para o estabelecimento de critérios de aprovação técnica e psicométrica dos instrumentos, favorecendo avanços importantes na qualidade dos manuais e no uso responsável dos testes (Reppold et al., 2017; Wechsler et al., 2019). O reconhecimento internacional do SATEPSI (Evers, 2012) evidencia a relevância desse sistema como referência para a promoção de uma prática ética e científica da testagem psicológica.

Diante do exposto, é possível afirmar que a avaliação psicológica no Brasil se encontra respaldada por uma sólida base normativa e técnica, impulsionada também pelas ações regulatórias conduzidas pela CCAP e operacionalizadas por meio do SATEPSI. Após mais de duas décadas da criação da CCAP e do SATEPSI, é oportuno questionar quais são as características desses instrumentos, sobretudo quando se considera a relevância dos dados gerados pelos testes no processo de integração das informações e na tomada de decisão clínica, educacional ou organizacional. Essa pergunta adquire valor adicional ao se refletir sobre o papel do profissional na seleção e no julgamento técnico das estratégias avaliativas que compõem o processo, bem como quando se questiona quais espaços de expansão e de saturação são identificados no momento atual. Dessa forma, este estudo contribui não apenas para a descrição sistemática do repertório de instrumentos disponíveis, mas também para subsidiar a prática psicológica com informações que orientem a escolha de testes, identifiquem lacunas que

demandam desenvolvimento de novos instrumentos e favoreçam uma reflexão crítica sobre os rumos da avaliação psicológica no país. Por essas razões, o presente estudo caracteriza-se por um levantamento descritivo que tem por objetivo analisar os testes psicológicos indicados como favoráveis para uso profissional, a partir das informações públicas disponibilizadas na plataforma oficial do SATEPSI (<https://satepsi.cfp.org.br>), com vistas a oferecer subsídios para o debate técnico e científico.

Método

Seleção dos Materiais

A fim de identificar os testes psicológicos aprovados para uso profissional em psicologia, acessou-se o site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI - <https://satepsi.cfp.org.br>), notadamente, a aba Lista do SATEPSI, selecionando a opção Testes Psicológicos Favoráveis. Em seguida, não foi realizada nenhuma seleção de identificação e/ou de construto, visando gerar uma lista completa com os testes disponíveis para uso. Essas buscas foram realizadas entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024. Ao realizar essas ações, foram identificados 162 testes psicológicos aprovados.

Procedimentos

Após a identificação desses testes, buscaram-se informações sobre as seguintes características dos testes: construto avaliado, público-alvo da testagem, formato de aplicação, formato de correção, formato de aplicação, classificação do teste, classificação do tipo de resposta, prazo de estudos de validade, ano de aprovação, prazo de estudo normativos, editora responsável pela comercialização. É importante destacar que o site do SATEPSI apresenta informações sobre: o nome dos autores, a editora responsável pela comercialização do teste, o construto avaliado ou conjunto de construtos avaliados, o público-alvo informado pela faixa etária ou grupo etário alvo da medida, idade da amostra de normatização, tipo de aplicação e correção, data da aprovação, prazos dos estudos de validade e dos estudos normativos. Portanto, os dados sobre os testes foram obtidos em locais nos quais estão publicizados. Além disso, é relevante informar que, quando os dados não estivessem organizados de forma objetiva – por exemplo, quando mais de um construto indicado no site do SATEPSI –, a informação foi consultada nas páginas dos testes em suas respectivas editoras.

Resultados

Inicialmente, verificou-se a frequência e a porcentagem dos construtos principais indicados junto ao SATEPSI. Foram identificados 33 construtos avaliados pelos testes disponíveis para uso profissional, sendo o mais frequente a personalidade ($n=33$; 20,37%), seguido da atenção ($n=24$; 14,81%), da inteligência ($n=21$; 12,96%), do raciocínio ($n=15$; 9,26%) e da memória ($n=13$; 8,02%). Também é importante destacar que as habilidades sociais e a depressão eram o alvo de testagem de 8 (4,94%) instrumentos cada.

Ainda, testes que avaliavam processos neuropsicológicos perfizeram 3,09% ($n=5$) dos testes disponíveis, e testes para orientação profissional 2,48% ($n=4$) do total de medidas. Por sua vez, construtos como autoeficácia, criatividade, estresse, ideação suicida, inteligência emocional, motivação e suporte social apresentaram a mesma frequência de testes, isto é, dois (1,23%) testes para cada um destes construtos. Por fim, houve construtos que apresentaram um (0,62%) instrumento disponível para uso, são eles: agressividade, altas habilidades/superdotação, ansiedade, apego, assertividade, *burnout*, desenvolvimento cognitivo, desesperança, dislexia, habilidades escolares, impulsividade, psicopatologia, regulação emocional, relações familiares, resiliência, suporte familiar e suporte laboral.

Quanto ao público-alvo dos instrumentos, a análise mostrou a prevalência de testes voltados a adultos ($n=132$), seguido de idosos ($n=108$), adolescentes ($n=81$) e crianças ($n=45$). Esses números resultam da soma simples de todos os testes que contemplam cada faixa etária, não devendo ser interpretados como categorias exclusivas, já que muitos instrumentos se destinam a públicos mistos.

Para evitar a distorção dos dados, a informação referente ao público-alvo foi organizada da seguinte maneira: (1) crianças, quando o teste indicava idades entre zero e 12 anos; (2) crianças e adolescentes, quando a idade indicada era entre zero e 17 anos; (3) crianças, adolescentes e adultos, quando a idade indicada variava entre zero e 59 anos; (4) crianças, adolescentes, adultos e idosos, quando o teste indicava idades entre 0 a idades iguais ou superiores a 60 (60+); (5) adolescentes, quando o teste indicava idade acima de 12 anos a até 17 anos; (6) adolescentes e adultos, quando as idades estavam acima de 12 anos a até 59 anos; (7) adolescentes, adultos e idosos, para testes cujas idades indicadas eram acima de 12 anos a 60+; (8) adultos, em testes cujas idades variavam entre 18 e 59 anos; (9) adultos e idosos, quando compreendiam idades entre 18 e 60+; e (10) idosos, acima de 60 anos.

Assim, observou-se que dos 162 testes disponíveis, 54 exemplares (33,38%) têm como público-alvo composto por adultos e idosos. Em seguida, 34 exemplares (20,98%) são voltados para adolescentes, adultos e idosos. Por sua vez, 17

exemplares (10,49%) voltam-se para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Ainda, 13 testes, isto é, 8,02% das medidas, voltam-se para crianças e adolescentes. Existem também 12 (7,40%) testes para avaliação de crianças, outros 12 (7,40%) para avaliação de adolescentes e adultos e outros 12 (7,40%) para avaliação de adultos. Também foram identificados três (1,85%) testes voltados para avaliação de crianças, adolescentes e adultos e outros três (1,85%) para avaliação de idosos. Por fim, foram identificados dois (1,23%) instrumentos para avaliação de adolescentes. Buscando aprofundar a compreensão sobre a relação entre construto e público-alvo, realizou-se a análise cruzada dessas informações. As informações estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1
Relação público-alvo e construto

Público-alvo	Construto	Frequência	Porcentagem
Crianças	Altas habilidades/Superdotação	1	8,33
	Desenvolvimento cognitivo	1	8,33
	Habilidades escolares	1	8,33
	Inteligência	3	25,00
	Memória	1	8,33
	Personalidade	2	16,67
	Processos neuropsicológicos	1	8,33
	Raciocínio	1	8,33
	Resiliência	1	8,33
	Total	12	100,00
Crianças e adolescentes	Atenção	1	7,69
	Criatividade	1	7,69
	Depressão	1	7,69
	Dislexia	1	7,69
	Habilidades sociais	2	15,38
	Inteligência	1	7,69
	Motivação	2	15,38
	Personalidade	1	7,69
	Processos neuropsicológicos	1	7,69
	Psicopatologia	1	7,69
	Raciocínio	1	7,69
	Total	13	100,00
Crianças, adolescentes e adultos	Inteligência	1	33,33
	Personalidade	1	33,33
	Raciocínio	1	33,33
	Total	3	100,00
Crianças, adolescentes, adultos e idosos	Atenção	4	23,53
	Depressão	1	5,88
	Inteligência	2	11,76
	Inteligência emocional	1	5,88
	Memória	2	11,76
	Personalidade	2	11,76
	Processos neuropsicológicos	1	5,88
	Raciocínio	2	11,76
	Regulação emocional	1	5,88
	Suporte familiar	1	5,88
	Total	17	100,00
Adolescentes	Orientação profissional	1	50,00
	Suporte social	1	50,00
	Total	2	100,00

Adolescentes e adultos	Atenção	3	25,00
	Autoeficácia	1	8,33
	Depressão	1	8,33
	Estresse	1	8,33
	Habilidades sociais	1	8,33
	Inteligência	2	16,67
	Memória	1	8,33
	Orientação profissional	1	8,33
	Raciocínio	1	8,33
	Total	12	100,00
Adolescentes, adultos e idosos	Atenção	4	11,76
	Criatividade	1	2,94
	Estresse	1	2,94
	Habilidades sociais	1	2,94
	Inteligência	7	20,59
	Memória	5	14,71
	Orientação profissional	1	2,94
	Personalidade	11	32,35
	Processos neuropsicológicos	1	2,94
	Raciocínio	1	2,94
	Suporte laboral	1	2,94
	Total	34	100,00
Adolescentes, adultos e idosos	Atenção	4	11,76
	Criatividade	1	2,94
	Estresse	1	2,94
	Habilidades sociais	1	2,94
	Inteligência	7	20,59
	Memória	5	14,71
	Orientação profissional	1	2,94
	Total	12	100,00
Adultos e idosos	Agressividade	1	1,85
	Ansiedade	1	1,85
	Apego	1	1,85
	Atenção	12	22,22
	Autoeficácia	1	1,85
	<i>Burnout</i>	1	1,85
	Depressão	3	5,56
	Desesperança	1	1,85
	Habilidades sociais	1	1,85
	Ideação suicida	2	3,70
	Inteligência	5	9,26
	Inteligência emocional	1	1,85
	Memória	4	7,41
	Orientação profissional	1	1,85
	Personalidade	14	25,93
	Processos neuropsicológicos	1	1,85
	Raciocínio	3	5,56
	Suporte social	1	1,85
	Total	54	100,00
Idosos	Depressão	1	33,33
	Personalidade	1	33,33
	Raciocínio	1	33,33
	Total	3	100,00

Nota: público-alvo categorizado conforme apresentado.

Após a realização dessas ações, buscou-se compreender os diferentes formatos de aplicação dos testes aprovados, cujas categorias são apresentadas integralmente tais quais identificadas no site do SATEPSI. Assim, observou-se que a maior parte dos testes aprovados (82,10%; $n=133$) apresentam aplicação em formato único, sendo 72,84% ($n=118$) exclusivamente em lápis e papel, 5,56% ($n=9$) apenas informatizados e 3,70% ($n=6$) somente de forma remota. Os demais 17,90% ($n=29$) foram classificados como de aplicação mista, contemplando diferentes combinações de formatos: 8,64% ($n=14$) podem ser administrados em lápis e papel ou informatizados e/ou de forma remota; 4,32% ($n=7$) admitem aplicação informatizada e/ou remota; 3,09% ($n=5$) podem ser administrados tanto em lápis e papel quanto de modo informatizado; e 1,85% ($n=3$) permitem aplicação em lápis e papel ou de forma remota. Ressalta-se que, devido à sobreposição prevista nas categorias híbridas, os percentuais não devem ser interpretados como mutuamente exclusivos, mas sim como indicativos da diversidade de possibilidades de aplicação previstas pelo SATEPSI.

Ainda no que diz respeito aos processos de aplicação, 110 (67,90%) dos testes disponíveis podem ser aplicados de forma individual e/ou coletiva, 50 (30,86%) podem ser aplicados somente individualmente, 1 (0,62%) deve ser aplicado somente coletivamente e em somente 1 (0,62%) dos instrumentos não apresentou essa informação no site do SATEPSI. Complementar a essa informação, também foram extraídos os dados referentes ao tipo de correção e/ou apuração dos resultados dos testes. Para essa categoria, houve três agrupamentos, sendo o mais frequente a opção combinada de correção informatizada e não informatizada ($n=70$; 43,21%), seguida da opção de correção somente não informatizada ($n=69$, 42,59%) e da correção somente informatizada ($n=23$; 14,20%).

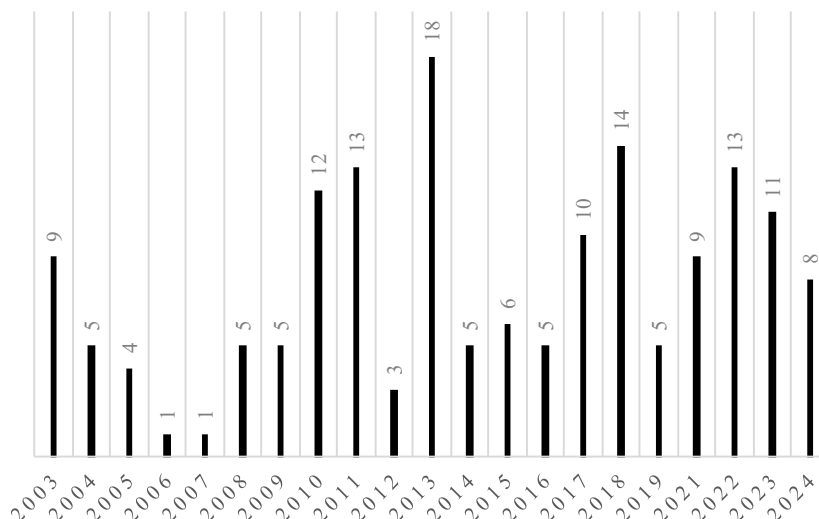
Dada as características dos testes, buscou-se compreender as classificações das medidas disponíveis. Essa classificação foi realizada com base na literatura (Ambiel et al., 2015; Lins, 2022; Serafini et al., 2017) e nas informações disponíveis nas páginas de comercialização de cada teste. Nos casos de testes que não são comercializados, os autores foram consultados, e as informações foram classificadas com base em seus relatos e nas publicações compartilhadas. Cabe informar que essa condição ocorreu somente uma vez. Assim, os resultados indicaram que 50,00% ($n=81$) dos testes são considerados de desempenho máximo, 40,12% ($n=65$) são instrumentos de autorrelato, 5,56% ($n=9$) são testes de desempenho típico, 3,70% ($n=6$) são considerados como medidas construtivas e 0,62% ($n=1$) é de heterorrelato.

Ainda nesse tema, a literatura sugere que o tipo de resposta também pode ser classificado (Bledow & Frese, 2009; McDaniel & Nguyen, 2001; Pasquali, 2011; Urbina, 2007), oferecendo maior informação sobre as características dos testes. Considerando esse tipo de classificação, dos 162 testes aprovados, 84 (51,85%) são medidas de desempenho, 44 (27,16%) são escalas, 18 (11,11%) são inventários, 4 (2,47%) apresentam estímulos não estruturados, 3 (1,85%) são temáticos, 2 (1,23%) são em formato de testes de julgamento situacional, 2 (1,23%) apresentam estímulos diversos e 2 (1,23%) são classificados como questionários.

Quanto às informações referentes às datas de aprovação desses testes junto ao Conselho Federal de Psicologia, é possível observar, na Figura 1, que não há um crescimento linear. Entretanto, o ano de 2013 ($n=18$), de 2018 ($n=14$) e os anos de 2011 ($n=13$) e de 2022 ($n=13$) apresentam os picos de maiores aprovações. De forma complementar, também foram elencados os anos de vencimento dos estudos de validade e dos estudos normativos.

Figura 1

Ano de aprovação dos testes disponíveis



Por fim, foram observadas as editoras que são nomeadamente responsáveis pela comercialização dos testes em território nacional. Essa informação também é apresentada no site do SATEPSI. Assim, os resultados apontaram que dos 162 testes disponíveis, 45,06% (n=73) são de responsabilidade da Editora Vetor, 33 (20,37%) da Casapsi, 21 (12,96%) da Hogrefe. Em 10 ocasiões (6,17%), não há a indicação dessa informação. Ainda, 7 (4,32%) são de responsabilidade do LABPAM Saber e Tecnologia, 4 (2,47%) na Editora NilaPress, 2 (1,23%) da Edites, e 2 (1,23%) da Pearson. E as editoras Memnon, Terceira Margem, Germinar RH, Núcleo de Estudos em Avaliação Psicológica (NEAP/UFPE), Centro de Neuropsicologia Aplicada (CNA), Fellipelli, Cognição, LAMP/Puc Campinas, Atelie RH e Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva (LAICO) têm a responsabilidade pela comercialização de um teste para cada editora e/ou laboratório.

Discussão

Visando colaborar com a compreensão e a descrição dos testes disponíveis para uso profissional, a presente revisão foi conduzida. Assim, os dados apresentados nesta pesquisa oferecem uma visão panorâmica sobre os testes psicológicos favoráveis para uso profissional, segundo a listagem do SATEPSI, permitindo reflexões acerca do panorama atual da avaliação psicológica no Brasil. Os resultados obtidos apontam para um cenário que, ao mesmo tempo em que se evidencia avanços, também aponta para lacunas e desafios que devem ser endereçados pela comunidade científica.

A busca pelos testes aprovados identificou 162 instrumentos avaliados como favoráveis. Tal fato, inicialmente, parece promissor, sugerindo que há uma ampla possibilidade de testes para o uso profissional. Entretanto, ao observar os construtos que são avaliados pelos testes, nota-se que há maior frequência de instrumentos voltados para a avaliação da personalidade, da atenção e da inteligência. Essa prevalência pode estar associada a, pelo menos, duas razões: a primeira refere-se ao processo histórico de organização da avaliação psicológica como foco voltado para esses temas (Bueno & Peixoto, 2018; Hutz, 2015; Oliveira et al., 2022). A segunda razão, alinhada à primeira, refere-se às demandas mais frequentes dos contextos em que a avaliação psicológica é empregada, tais como o clínico, o educacional, o compulsório e o organizacional, nos quais esses construtos são recorrentemente requisitados (Oliveira et al., 2021).

Ainda nesse tema, enfatiza-se a baixa frequência de instrumentos direcionados à avaliação de aspectos afetivos, sociais e contextuais como suporte social, regulação emocional, ideação suicida ou habilidades interpessoais, o que sugere uma limitação do repertório de testes disponíveis para uma compreensão mais abrangente do funcionamento psicológico (Hutz, 2015; Primi, 2018; Zanini et al., 2022). Desse modo, pode-se afirmar que há espaço para a ampliação dos escopos de pesquisa para a elaboração de instrumentos com voltados aos construtos psicológicos emergentes (Oliveira et al., 2022).

Em seguida, a análise sobre os públicos-alvo contemplados pelos testes mostra que, em sua maioria, os instrumentos se destinam à categoria “adultos e idosos”, que combina simultaneamente estes dois públicos. Ainda que exista uma proporção relevante de testes voltados a diferentes faixas etárias em conjunto, observa-se uma menor disponibilidade de instrumentos desenvolvidos exclusivamente para crianças, para adolescentes e para idosos, quando considerados isoladamente. Considerando os princípios de validade e de representatividade amostral preconizados por diretrizes internacionais (AERA, 2014), é necessário ponderar os riscos de aplicar instrumentos generalistas em faixas etárias que exigem sensibilidade ao desenvolvimento. Nesse sentido, a escassez de medidas adaptadas para fases específicas do ciclo vital pode trazer prejuízos e influenciar na tomada de decisão decorrente da prática avaliativa. Assim, é relevante que sejam empregados esforços na construção de testes que sejam característicos e representativos da expressão do fenômeno psicológico alvo em faixas etárias específicas (Oliveira et al., 2021).

Em seguida, tomando-se em conjunto a informação referente aos construtos e às faixas etárias, observa-se que há importantes campos de desenvolvimento de pesquisa, visando a ampliação de estratégias de avaliação (Oliveira et al., 2021). Ainda, esses dados sugerem que o profissional enfrenta limitações importantes na seleção de materiais. Isso ocorre porque não há medidas para a testagem de construtos ou fenômenos específicos, como o bem-estar e o otimismo, que não são avaliados em nenhuma faixa etária, ou outros que estão disponíveis apenas em períodos específicos do desenvolvimento, como a resiliência, que é testada na infância (Oliveira & Moreira, 2024). Além disso, há um número limitado de com foco desenvolvimental específico, sendo importante destacar que dois testes foram desenvolvidos para adolescentes e três para idosos. Por essa razão, a definição de avaliação psicológica apresentada pelo CFP na Resolução CFP nº 31/2022 torna-se relevante por destacar o caráter processual e integrativo dos dados provenientes da avaliação. Em condições que não existem instrumentos para realização da testagem, é necessário que o profissional tenha conhecimento técnico e científico de forma qualificada para realizar a compreensão do funcionamento psicológico a partir de fontes fundamentais qualitativas e/ou complementares (Zaia et al., 2018).

Outro aspecto que merece destaque refere-se aos formatos de aplicação dos testes. A expressiva predominância do modelo tradicional em lápis e papel (mais de 70%) sugere uma tendência à manutenção de práticas consolidadas, mas pouco alinhadas aos avanços tecnológicos contemporâneos. A literatura já aponta para os benefícios da informatização de instrumentos, tanto em termos de padronização da aplicação quanto de agilidade e segurança na correção dos resultados (Reppold et al., 2017; Primi, 2018; Wechsler et al., 2019). No entanto, o número ainda limitado de testes informatizados ou com aplicação

remota pode indicar novos percursos a serem explorados por pesquisadores da área a fim de instrumentalizar profissionais. Esse foco, deve ser refletido com os devidos cuidados éticos para que os processos avaliativos sejam contextualizados às novas gerações e às demandas que têm sido apresentadas em contextos de digitalização de serviços (Muniz et al., 2021).

Quanto ao modo de aplicação, observa-se que a maioria dos testes permite tanto aplicação individual quanto coletiva, o que amplia a versatilidade dos instrumentos em diferentes contextos. Ainda assim, o predomínio da aplicação individual reforça o caráter tradicional da prática avaliativa no Brasil, possivelmente relacionado à ênfase em contextos clínicos e diagnósticos (Serafini et al., 2017; Zaia et al., 2018). Já no que se refere à forma de correção, é notável o equilíbrio entre métodos informatizados e manuais, com predominância de instrumentos que oferecem ambos os formatos. Essa flexibilidade pode ser vista como uma vantagem prática, embora a adoção plena da correção informatizada ainda represente um potencial a ser mais explorado, especialmente para minimizar erros humanos e otimizar o tempo do profissional.

A análise da classificação dos testes quanto ao tipo de medida (Bledow & Frese, 2009; McDaniel & Nguyen, 2001; Pasquali, 2011; Urbina, 2007) revelou uma predominância das medidas de desempenho máximo e de autorrelato, seguidas por um número menor de medidas de desempenho típico, construtivas e de heterorrelato. Essa distribuição, embora esperada, dado o histórico da psicometria no Brasil (Bueno & Peixoto, 2018; Cunha et al., 2016; Oliveira & Moreira, 2024), pode limitar a diversidade metodológica da avaliação psicológica. Conforme apontam Ambiel et al. (2015), Bornstein (2007) e Miguel (2014), é importante que haja a ampliação do repertório de medidas disponíveis para que diferentes dimensões dos construtos e fenômenos psicológicos alvos de avaliações possam ser investigados com maior sensibilidade, sobretudo aqueles que não se expressam por meio de respostas objetivas e padronizadas.

A classificação dos testes com base no tipo de resposta (Ambiel et al., 2015; Lins, 2022; Serafini et al., 2017) também revelou uma maior presença de instrumentos estruturados, como medidas de desempenho, escalas e inventários, com baixa frequência de instrumentos que utilizam estímulos não estruturados ou técnicas projetivas. Esse dado é coerente com o movimento recente da área, que tem buscado rigor psicométrico e revalidação dos testes projetivos (Zanini et al., 2022). No entanto, é necessário evitar que essa tendência reforce uma dicotomia simplificadora entre testes “objetivos” e “projetivos”, como criticado por Miguel (2014), e reconhecer o potencial complementar de diferentes formatos de estímulo e resposta no processo avaliativo (Oliveira et al., 2021).

A análise da distribuição temporal da aprovação dos testes mostra que, embora não haja um crescimento linear ao longo dos anos, alguns períodos apresentaram maior concentração de aprovações, o que pode estar relacionado a marcos normativos, mudanças nas exigências do SATEPSI ou mesmo movimentos de mercado (Bueno & Peixoto, 2018; Cardoso & Silva, 2018; Reppold & Noronha, 2018). Já os dados sobre as editoras apontam para a concentração de publicações em algumas casas editoriais. Tal cenário convida à reflexão sobre a necessidade de incentivo à produção de testes por grupos de pesquisa independentes, instituições públicas e redes colaborativas, visando ampliar a pluralidade de abordagens e construtos contemplados pela avaliação psicológica no país.

De modo geral, os achados deste estudo contribuem para um mapeamento atualizado dos instrumentos disponíveis para uso profissional no Brasil e evidenciam a importância contínua de ações regulatórias, como as desenvolvidas pela CCAP e operacionalizadas pelo SATEPSI, para garantir que a avaliação psicológica seja realizada de forma técnica, ética e socialmente comprometida. Os dados também reforçam a necessidade de investimentos permanentes em pesquisa, desenvolvimento e diversificação de instrumentos, de modo que a avaliação psicológica possa acompanhar as transformações sociais, culturais e tecnológicas contemporâneas.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo caracterizar os testes psicológicos aprovados para uso profissional no Brasil, a partir das informações disponibilizadas pelo SATEPSI. Embora tais dados estejam disponíveis na plataforma, sua sistematização permite construir um panorama do repertório vigente de instrumentos, indicando potencialidades e limites da testagem psicológica no país. Os resultados apontaram para a existência de 162 instrumentos aprovados, número que evidencia o potencial produtivo e criativo dos pesquisadores da área e o compromisso com a qualificação técnica e científica das medidas. Observou-se, contudo, uma concentração temática em construtos – como personalidade, atenção e inteligência –, bem como a prevalência de instrumentos destinados a adultos e idosos. Foram identificadas lacunas no desenvolvimento de medidas específicas para crianças, adolescentes e idosos, além de baixa representatividade de construtos afetivos, sociais e contextuais. Também se destacou o predomínio de instrumentos em formato lápis e papel, em contraste com a menor presença de medidas informatizadas ou aplicáveis de forma remota.

Entre as limitações do estudo, ressalta-se o caráter descritivo e a dependência das informações disponibilizadas no site do SATEPSI, o que restringe a análise a dados secundários e não permite explorar em profundidade os aspectos qualitativos relacionados ao processo de aprovação dos instrumentos. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação de estudos que investiguem de que modo o repertório de testes impacta a prática profissional, bem como as comparações internacionais e as análises voltadas a construtos emergentes. Recomenda-se, ainda, que levantamentos semelhantes sejam realizados

periodicamente, garantindo uma visão atualizada da avaliação psicológica no Brasil. Por fim, as evidências aqui apresentadas têm aplicabilidade direta para a prática profissional, pois subsidiam psicólogos, pesquisadores e instâncias formativas na seleção crítica de instrumentos e na identificação de lacunas que demandam novos desenvolvimentos. Ao mesmo tempo, há um reforço da compreensão de que os testes psicológicos devem ser empregados como parte de um processo avaliativo integrativo e multimétodo, favorecendo práticas contextualizadas, justas e representativas.

Referências

- Ambiel, R. A. M., & Carvalho, L. F. (2017). Validade e precisão de instrumentos de avaliação psicológica. In M. R. C. Lins & J. C. Borsa (Orgs.), *Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos* (pp. 115 – 125). Vozes.
- Ambiel, R. A. M., Campos, M. I., Alves, B. P., & Silva, C. P. (2015). Fundamentos e aplicabilidade dos testes de julgamento situacional no contexto da Psicologia Organizacional. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 15(3), 298-308. <https://doi.org/10.17652/rpot/2015.3.529>
- American Educational Research Association. (2014). *Standards for educational and psychological testing*. https://www.testingstandards.net/uploads/7/6/6/4/76643089/standards_2014edition.pdf
- Bledow, R., & Frese, M. (2009). A situational judgment test of personal initiative and its relationship to performance. *Personnel Psychology*, 62(2), 229-258. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.2009.01137.x>
- Bornstein, R. F. (2007). Toward a process-based framework for classifying personality tests: Comment on Meyer and Kurtz (2006). *Journal of Personality Assessment*, 89(2), 202-207. <https://doi.org/10.1080/00223890701518776>
- Bueno, J. M. H., & Peixoto, E. M. (2018). Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. *Psicologia Ciência e Profissão*, 38, 108-121. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>
- Cardoso, L. M., & Silva, J. H., Filho. (2018). Satepsi e a qualidade técnica dos testes psicológicos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 40-49. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Kdcp5H97skntdzQTJLHXVz/?format=html&lang=pt>
- Cunha, C. M., Almeida, O. P., Neto, & Stackfleth, R. (2016). Principais métodos de avaliação psicométrica da validade de instrumentos de medida. *Revista de Atenção à Saúde*, 14(47), 75-83. <https://doi.org/10.13037/ras.vol14n47.3391>
- Evers, A. (2012). The internationalization of test reviewing: Trends, differences, and results. *International Journal of Testing*, 12(2), 136–156. <https://doi.org/10.1080/15305058.2012.658932>
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica – Métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 11-21). Artmed.
- Lins, M. R. C. (2022). Teste psicológico. In J. C. Borsa, M. R. C. Lins, & H. L. R. S. Rosa (Orgs.), *Dicionário de avaliação psicológica* (pp. 126 – 129). Vetor.
- McDaniel, M. A., & Nguyen, N. T. (2001). Situational judgment tests: A re-view of practice and constructs assessed. *International Journal of Selection and Assessment*, 9(1/2), 103-113. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/1468-2389.00167>
- Meyer, G. J., & Archer, R. P. (2001). The hard science of Rorschach research: What do we know and where do we go?. *Psychological Assessment*, 13(4), 486. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.13.4.486>
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF*, 19(1), 97-106. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712014000100010>
- Muniz, M., Cardoso, L. M., Rueda, F. J. M., & Noronha, A. P. P. (2021). Desafios da avaliação psicológica para a prática diante da atuação profissional mediada pela tecnologia de informação. *Psico-USF*, 26, 9–19. <https://doi.org/10.1590/1413-8271202126nesp03>
- Oliveira, K. S., Campos, C. R., & Peixoto, E. M. (2021). Avaliação de multitracos e por multimétodos em crianças e

- adolescentes. In M. M. Alves, M. Muniz, D. S. Zanini, & M. N. Baptista (Orgs.), *Avaliação psicológica na infância e adolescência* (pp. 131-150). Editora Vozes.
- Oliveira, K. S., Zaia, P., & Nakano, T. C. (2022). Critérios psicométricos dos processos avaliativos. In D. T. B. Sato (Ed.), *Avaliação neuropsicopedagógica clínica* (pp. 35-56). Wak Editora.
- Oliveira, K. S., & Moreira, G. V. F. (2024). Aplicações da Psicologia positiva para a avaliação psicológica. In C. H. Giacomoni, & V. M. Guerra (Orgs.), *Psicologia positiva: Introdução e aplicações* (pp. 143-159). Vetor.
- Pasquali, L. (2011). *Técnicas do exame psicológico - TEP: Manual*. Vetor
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 25-35. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500003>
- Primi, R. (2012). Psicometria: fundamentos matemáticos da Teoria Clássica dos Testes. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 297-307.
- Primi, R. (2018). Avaliação psicológica no século XXI: De onde viemos e para onde vamos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 87-97. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000209814>
- Reppold, C. T., & Noronha, A. P. P. (2018). Impacto dos 15 anos do satepsi na avaliação psicológica brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 6-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208638>
- Reppold, C. T., Serafini, A. J., Ramires, D. A., & Gurgel, L. G. (2017). Análise dos manuais psicológicos aprovados pelo SATEPSI para avaliação de crianças e adolescentes no Brasil. *Avaliação Psicológica*, 16(1), 19-28. <https://www.redalyc.org/pdf/3350/335051347004.pdf>
- Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022. (2022, 15 de dezembro). Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018. Conselho Federal de Psicologia. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018>
- Rueda, F. J. M., & Zanini, D. S. (2018). O que muda com a Resolução CFP nº 09/2018? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 16-27. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208893>
- Serafini, A. J., Budzyn, C. S., & Fonseca, T. L. R. (2017). Tipos de testes: Características e aplicabilidade. In M. R. C. Lins, & J. C. Borsa (Orgs.), *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 56-75). Vozes.
- Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 121-128. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>
- Zaia, P., Oliveira, K. S., & Nakano, T. C. (2018). Análise dos processos éticos publicados no Jornal do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 8-21. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003532016>
- Zanini, D. S., Faiad, C., Baptista, M. N., Oliveira, K. L., Oliveira, K. S., Rueda, F. J., Ferrari, H., & Henklain, M. H. O. (2022). O papel do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) na construção histórica da Psicologia brasileira. In F. Degani-Carneiro, T. H. Lima, S. S. Fukusima, & A. V. B. Bastos (Eds.), *Entidades nacionais da psicologia brasileira: O FENPB e suas histórias* (pp. 116-127). Conselho Federal de Psicologia.
- Zanini, D. S., Oliveira, K. S., Oliveira, K. L., & Henklain, M. H. O. (2022). Desafios da avaliação psicológica no Brasil: Nova realidade, velhas questões. *Avaliação Psicológica*, 21(4), 407-417. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712022000400005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Como citar:

Oliveira, K. S., Costa, F. B., & Pimenta, J. M. (2025). Mapeamento dos Testes Psicológicos no Brasil: Características dos Instrumentos Aprovados. *Revista Subjetividades*, 25(2), e15911. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25i2.e15911>

Endereço para correspondência:

Karina da Silva Oliveira
E-mail: karina_oliv@yahoo.com.br

Felipe Bigoto Costa
E-mail: felipebigoto@hotmail.com

Júlia de Mello Pimenta
E-mail: psi.juliapimenta@gmail.com

Recebido em: 11/04/2024.

Aceito em: 17/08/2025.

